

SIMONSEN

O que falta para a queda dos juros e da inflação: a receita do ex-ministro.

O expurgo dos índices não vai resolver, por si só, o problema do ajustamento da economia, na opinião do ex-ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen. O único efeito seria impedir que a inflação, atualmente de 120% ao ano, suba mais um degrau. Para baixar realmente a inflação e reduzir as taxas de juros faltou atacar três pontos que ele considera fundamentais: a disciplina dos gastos e do endividamento público através de um orçamento unificado e aprovado pelo Congresso Nacional; a separação das funções do Tesouro, do Banco Central e do Banco do Brasil; e "a marcha para a desindexação da economia".

Explicando melhor, ele considera correta, como alternativa a uma recessão, a tese de exportar mais e importar menos e o estímulo dado para isso, que foi a maxidesvalorização de fevereiro e a Resolução 802. "Mas um aspecto essencial foi esquecido: uma desvalorização real da taxa de câmbio acarreta uma perda temporária do poder aquisitivo da sociedade, pois os produtos importados ficam mais caros. Sucede que o nosso sistema de indexação pretendeu ignorar o problema reajustando salários, aluguéis e outros rendimentos pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e atrelando a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) ao Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (que mede a inflação). O resultado" — concluiu o ex-ministro — só poderia ser o recrudescimento da inflação, a exacerbação dos juros e o desemprego.

O professor Simonsen, que participava de um debate na Comissão de Economia da Câmara sobre o ajustamento da economia brasileira, disse que um país só pode acumular expressivo superávit comercial produzindo mais do que gasta em consumo e investimentos. Quando há tempo e reservas cambiais a melhor solução é aumentar a produção sem cortar gastos, substituindo importações e estimulando as exportações. Quando nem há tempo nem liquidez externa, como é o caso do Brasil em 1983, resta cortar gastos, o que implica um empobrecimento temporário da economia. Esse é o inevitável sacrifício de ajustamento. "O problema é planejá-lo para que ele se distribua equitativamente e seja o mais breve possível."

— Agora, finalmente, o princípio do expurgo foi encampado pelo governo. Na verdade, quando a economia é obrigada a aceitar realinhamentos de preços relativos, o expurgo é inevitável. As opções da sociedade são apenas duas: o expurgo explícito, e que permite melhor dosagem e distribuição dos sacrifícios e o expurgo indireto e de efeitos sociais incontornáveis pela alta da inflação, dos juros reais e da taxa de desemprego. Se, antes da máxi, o expurgo estivesse vigorando, e de forma progressiva, ou seja, gravando mais os detentores de maior renda, muitos grupos não teriam ganho tanto dinheiro com a desvalorização cambial.

FMI: romper ou não?

É utópico imaginar que possamos substituir o entendimento com o FMI por algu-

ma negociação direta com os credores ou com o governo norte-americano, pois isso abriria um precedente que teria de ser estendido a todos os países devedores. Não há lógica em esperar que os países que rompem com o Fundo consigam tratamento mais favorecido do que aqueles que cumprem as suas cartas de intenção. A afirmação foi feita pelo ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, durante debate realizado ontem, na Comissão de Economia da Câmara, sobre o ajustamento da economia brasileira.

Segundo o ex-ministro, é totalmente desaconselhável uma moratória unilateral. O México decretou-a temporariamente, embora com o cuidado prévio de acumular polpas das reservas cambiais, embora seja um país exportador de petróleo. Ainda assim, a economia mexicana experimentou a mais séria das recessões, com explosão inflacionária no final do ano passado, e, como inevitável consequência da moratória unilateral, a perda dos créditos comerciais. No caso do Brasil, que além de importador de petróleo perdeu todas as suas reservas cambiais, as consequências seriam muito piores. Para Simonsen, "antes de nos aventurarmos em qualquer bravata, vale olhar para a situação da Polônia".

Orçamento único

Insistindo em sua tese favorita, a da "unicidade orçamentária", o ex-ministro do Planejamento afirmou que o atual sistema de orçamentos múltiplos, o fiscal, o monetário e o das estatais, "é um convite à despesa e ao déficit. Com efeito, nos dois últimos é possível criar despesas sem empenho prévio de verbas e sem autorização do Congresso Nacional. O fato de o Banco Central poder emitir títulos públicos por conta do Tesouro facilita o financiamento desses gastos. O resultado, no entanto, é o aumento do déficit e da dívida interna, esta última representando o principal foco de resistência à baixa dos juros.

A proposta de Simonsen é que o Banco Central assumia sua autoridade monetária, porém não com poderes absolutos: o Congresso Nacional votaria, a cada ano, limites para a variação dos agregados monetários, cabendo ao banco a tarefa de implementar esses limites, ou seja, executar uma política monetária traçada no âmbito político e não apenas no campo estritamente técnico.

Para Simonsen, um orçamento único e aprovado pelo Congresso é exigência da abertura democrática: "A sociedade, por seus representantes no Legislativo, é quem deve decidir quanto, quando e onde gasta. A emissão de títulos públicos, no passado, justificava-se para contrabalançar o efeito monetário da acumulação de reservas cambiais. Hoje, sem reservas cambiais, só se justifica essa emissão para cobrir o déficit do orçamento fiscal, no qual devem ser incluídos os encargos da dívida. Como tal, ela também deve constar das disposições da lei de meios".

Segundo Simonsen, até agora, o ajustamento da economia brasileira vem sendo baseado quase que exclusivamente no corte

de investimentos públicos e privados, o que é nocivo à produção, ao emprego e às perspectivas de crescimento futuro. "É preciso que a tesoura entre mais fundo no consumo, e para tanto é indispensável a melhor arrumação das contas internas."

Ao defender a desindexação, o ex-ministro do Planejamento salientou que os expurgos transitórios nos índices de preços evitam que as altas corretivas de preços elevem o patamar inflacionário, mas não asseguram a sua redução.

Para ele, "o atual sistema de indexação é um poderoso realimentador das altas de preços e torna perversamente assimétricos os efeitos da política monetária. Quando esta se expande generosamente, como no final de 1979 e no início de 1980, a inflação se acelera rapidamente. Mas, quando vem a fase contracionista, como a de 1981, os juros sobem, a recessão se aprofunda e os dividendos antinflacionários se mostram bastante magros".

Segundo Simonsen, para iniciar a marcha para a desindexação a sociedade brasileira precisa convencer-se de um aspecto essencial: "Os atuais esquemas de correção automática de rendimentos garantem reajustes nominais, mas não reais. Os assalariados, em 1978, eram reajustados apenas uma vez por ano, quando a inflação anual era de 40%. A semestralidade não os fez viver melhor em 1983, quando a inflação está acima de 50% no semestre. Na realidade, os assalariados estariam muito melhor se nenhuma lei regulasse os reajustes, mas se o governo diminuísse a regressividade do sistema tributário e contivesse juros e margens de oligopólio. Pois só esse é o caminho indireto que assegurará a maior participação dos trabalhadores na renda nacional".

Como desindexar

Simonsen afirmou que há três formas de se promover a desindexação gradual da economia: a primeira, consiste em estender progressivamente os intervalos de reajustes automáticos, não só no caso dos salários, mas igualmente no dos aluguéis, preços administrados, prestações do BNH e outras correções. A segunda forma é a aplicação dos redutores nos índices de preços, como se faz em Israel, onde os reajustes se baseiam em 70% da inflação passada. Uma terceira é a correção baseada na inflação prevista, e não na verificada no passado. E, como a mais democrática das soluções, que o ex-ministro revelou ser a de sua preferência, "é melhor deixar que a sociedade se desindexe por conta própria, negociando livremente os reajustes contratuais".

O ministro analisou as recentes medidas do pacote econômico, afirmando que todas elas marcham na direção correta. "Parece apenas que há ainda muitas medidas adicionais necessárias: a unificação dos orçamentos, a melhor disciplina dos gastos e do endividamento interno, a estruturação do sistema monetário e a progressiva desindexação da economia." Simonsen comentou que "todas as economias têm suas peculiaridades, mas o Brasil parece estar abusando da originalidade".